

Cenários da SAE para 2020

05/12/98

[Pesquisadores do governo montam, com base em raciocínio discutível, três visões do futuro do Brasil]

[Faltou perceber a enorme influência que a distribuição de renda exerce no crescimento econômico]

Os cenários preparados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos certamente farão avançar a reflexão coletiva sobre o destino do Brasil. Eles procuram dizer o que tenderá a ocorrer por volta de 2020 caso alguns plausíveis conjuntos de hipóteses se confirmem. Ao contrário de projeções e previsões, que se baseiam em poucos pressupostos, cenários são narrativas lógicas que procuram lidar com as mais prováveis mudanças de rumo. Por isso, eles devem ser entendidos como ferramentas pedagógicas, e não como frívolos exercícios de antecipação futuroológica. Ao explicitar os mais prováveis rumos, os cenários ajudam a identificar problemas do presente que talvez estejam na penumbra, mas que podem se revelar cruciais para a formulação de uma pragmática agenda de desenvolvimento.

Depois de envolver uma centena de estudiosos em nove oficinas de trabalho, a SAE montou três cenários básicos para o País. No mais desfavorável, crises de instabilidade econômica e política parecidas à atual levariam à permanência de baixíssimas taxas de crescimento econômico e ao agravamento dos problemas sociais. Nesse medonho contexto, apelidado “Caaetê”, em 2020 a renda per capita seria pouco maior que a do Chile de hoje, a miséria atingiria cerca de um sétimo da população, e o desemprego vitimaria quase um décimo da população economicamente ativa. Como alternativa a tão trágico futuro erguem-se dois cenários favoráveis. No primeiro, o “Abatiapé”, o Brasil se tornaria uma potência econômica sólida e moderna, com elevada modernização tecnológica. Nesse caso, a renda per capita poderia ser semelhante à da Itália de hoje, a pobreza bem reduzida, mas o desemprego muito alto. No segundo, o “Baboré”, tanto o desemprego quanto a pobreza seriam minimizados, atingindo apenas um vigésimo da população. Mas a renda per capita se situaria entre a da Espanha e a de Portugal de hoje. Neste caso a modernização tecnológica seria lenta e a estrutura produtiva experimentaria moderada diversificação interna, resultante do crescimento de atividades voltadas para o consumo em grande escala.

Salta aos olhos que um dos raciocínios básicos no qual se apoiou a construção desses cenários é o da existência de inevitável antagonismo entre nível de emprego e desempenho econômico medido pela renda per capita. A comparação dos dois melhores cenários induz a pensar que a obtenção da atual renda média dos italianos depende de um ritmo de progresso tecnológico que imporá aos brasileiros uma taxa de desemprego superior à que poderiam obter na troca da referência italiana pela ibérica. No fundo, os cenários da SAE transmitem a seguinte mensagem: talvez seja melhor crescer menos, pisando no freio da inovação

tecnológica, pois isso dará mais emprego, além de impor menor degradação ambiental e menor concentração espacial da produção. Nessa visão, o atraso tecnológico em setores de alta competitividade internacional seria largamente compensado por um melhor perfil social, refletido não somente em menor taxa de desemprego (5% da PEA), mas também em modesta taxa de pobreza (4% da população). Ou seja, o cenário “Baboré” seria bem mais sustentável que o “Brasil Potência” descrito pelo cenário “Abatiapé”.

Há três razões para duvidar que essa proposição esteja correta. Duas, intimamente relacionadas, referem-se às clivagens existentes entre emprego qualificado *versus* não-qualificado e entre pobreza urbana *versus* rural. A propensão ao desemprego é muito maior entre os não-qualificados, em grande número oriundos dos bolsões de pobreza rural. Menos de um terço dos pobres brasileiros vive nas regiões metropolitanas, onde se concentram os ramos econômicos de maior competitividade internacional. Para cada pobre metropolitano há um outro que ainda vive no meio rural e mais de um que reside em cidades de regiões pouco urbanizadas. Isto quer dizer que a pressuposta contradição entre avanço tecnológico e nível de emprego só será mesmo fatal se o Brasil continuar carente de uma estratégia de desenvolvimento territorial que amplie as oportunidades de geração de renda nas regiões relativamente rurais, isto é, naquelas em que é mais intensa a adjacência entre o campo e as cidades médias. Tal estratégia exigiria, é claro, um forte investimento na promoção da economia familiar, que ainda é essencialmente agrícola, mas que se tornará cada vez mais pluriativa.

O terceiro motivo de dúvida é a ausência de uma importante variável entre as que orientam os três os cenários: a da desigualdade, medida pela distribuição de renda e de riqueza. Está subentendido no exercício da SAE que desigualdade não chega a ser um indicador tão significativo quanto desemprego, pobreza, ou renda per capita. Essa é uma idéia que continua fortíssima por aqui, apesar já ser anacrônica. Uma das melhores evidências é o livro *Income Distribution and High-Quality Growth*, no qual Vito Tanzi e Ke-young Chu juntaram uma dezena de trabalhos apresentados numa conferência organizada pelo FMI há mais de três anos (MIT Press, 1998, 417p.). Seu objetivo central é fazer com que os formuladores de política econômica percebam a enorme influência que a distribuição de renda exerce sobre o crescimento econômico. Exatamente o que fez muita falta aos economistas que participaram da elaboração dos cenários da SAE para 2020.